

A Fiesp quer começar pelos salários

O diretor da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Carlos Eduardo Moreira Ferreira, declarou ontem, durante o 8º Congresso de Industriais Latino-Americanos da Alimentação, que acha "saúdável" a discussão sobre a desindexação da economia. "Acho — disse ele — muito oportuno qualquer tipo de debate, especialmente, em assuntos dessa natureza. Temos de nos acostumar a debater as idéias e conviver com as opiniões conflitantes."

Para Moreira Ferreira é possível que saia algum consenso disso, ressaltando que acredita que a desindexação deve começar pelo INPC (como tem afirmado nos últimos dois dias passados o presidente da Fiesp, Luis Eulálio Vidigal). Afirmou, inclusive, que "eu defendo uma posição absolutamente idêntica à do presidente da Fiesp". Ele reconheceu que esse processo de desindexação pode significar um arrocho salarial, mas ressaltou que "todos temos de participar dessa dificuldade de momento que o país atravessa e acho que realmente todos os setores da sociedade estão envolvidos e terão de suportar cada qual com seu quinhão".

Ele também reconheceu que os salários já foram desindexados desde 1979 com a antiga política salarial e atualmente com a Lei 2.024, mas frisou que "infelizmente essas medidas que foram anunciadas ainda terão que ser complementadas, porque a lei do mercado estabelece a regra mais importante: e o que acontece é que com a atual política salarial vai continuar o desemprego e a rotatividade".

Para o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, a desindexação "se porventura tiver que vir, deve ser precedida de um estudo profundo e apurado; em segundo, eu acho que a desindexação deve ser de toda a economia e não só dos salários, porque aí seria profundamente injusto e não atingiria os objetivos a que se propõe". Murilo Macedo também defendeu uma desindexação gradual, "até para poder mensurar aquilo que seriam os resultados que a gente não conhece".

Para Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial de São Paulo, as investidas pela desindexação através do INPC criam "uma situação interessante de ser analisada: acho engraçado que no País de repente alguém aparece com uma palavra complicada chamada 'desindexação' e todo mundo começa a discutir isso sem, na verdade, ter uma análise mais profunda do que acontece, porque desindexar significa não dar à correção monetária a intensidade real ou eliminá-la de vez".

O presidente da Abras (Associação Brasileira dos Supermercados), João Carlos de Paes Mendonça, definiu a desindexação como uma "necessidade" vinda do consenso de todos, mas frisou que "o que não é justo socialmente é a desindexação única e exclusivamente dos salários. Acho que a economia deve ser desindexada em termos gerais e gradualmente. Qualquer decisão sobre o assunto não é fácil e deve ser precedida do mais amplo debate".

Luis Eulálio Vidigal, presidente da Fiesp, ressaltou que sua posição é a de sempre: de defesa da desindexação de toda a economia, começando pelo INPC. Ele se disse assustado "com as pessoas que não falam o que sentem e com o pequeno número de pessoas preocupadas com a coisa pública".